


OFÍCIO Nº 0807002/2025-GABP

Tauá – CE, em 07 de agosto de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
FRANCISCO DA COSTA FEITOSA
Presidente da Câmara Municipal de Tauá
Nesta.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ
RECEBIDO
EM: 08/08/2025

RESPONSÁVEL

Assunto: Reenvio para inclusão em pauta e apreciação, o substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 1/2025, que, “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 04, de 14 de dezembro de 2021, e dá outras providências.”, sob protocolo nº 20250627171116-2391, em 27.06.2025 - que foi retirado de pauta por solicitação do Poder Executivo, conforme Ofício nº 0630002/2025-GABP, de 30.06.2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

De ordem da Senhora Prefeita Municipal, e cumprimentando-o cordialmente, vimos reenviar o substitutivo do **Projeto de Lei Complementar nº 1/2025, que, “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 04, de 14 de dezembro de 2021, e dá outras providências.”, sob protocolo nº 20250627171116-2391**, retirado de pauta pelo Poder Executivo, justificando-se a necessidade de acrescentar no art. 3º da proposição, a previsão de **efeitos retroativos financeiros, a contar de 1º de agosto de 2025**, para dessa forma já viabilizar no corrente mês a desoneração da folha de pagamento do Instituto de Previdência Municipal de Tauá – IPMT, com a consequente promoção do impacto no equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia.

Certa de contarmos com o apoio deste honrado Parlamento na aprovação do referido Projeto de Lei, reiteramos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Maria Evangelista de Alcântara Dimas

Chefe de Gabinete

Maria Evangelista de Alcântara Dimas
Chefe de Gabinete
Mat.: 0032755



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

Projeto de Lei Complementar nº 1/2025
Protocolo: 20250808160832-2573 - 08/08/2025 às
13:08

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 04, de 14 de dezembro de 2021, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Tauá, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 04, de 14 de dezembro de 2021, nos termos a seguir:

“Art. 1º - (...)

Parágrafo Único - O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão suportados pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, devidos a partir da publicação do ato de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria consignada no vigente orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de agosto de 2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.